

Cemig enrola e Sindieletro cobra prorrogação da data-base

Foto: Benedito Maia

A direção do Sindieletro enviou ofício à Cemig solicitando a prorrogação por 30 dias da data-base da categoria e cobrando um calendário para as negociações para a Renovação do ACT

Desde o início da Campanha o Comitê de Negociação da Cemig demonstra disposição para enrolar. Ouve cada ponto da pauta de reivindicações da categoria, faz perguntas óbvias e falsos questionamentos, além de manter longos intervalos entre as rodadas de negociação. “Não existe explicação para esta posição da empresa a não ser o fato da Cemig querer, nesta Campanha, impor a discussão da sua pauta de reivindicações, atendendo questões privadas”, avalia o coordenador-geral do Sindieletro, Wilian Vagner.

“Não sabemos o que conterá esta pauta, mas certamente estará focada nos interesses dos acionistas e não dos trabalhadores. A empresa pode, inclusive, tentar condicionar conquistas deste ACT à renúncia de direitos,

mas a categoria está atenta”, avalia Wilian Vagner.

Nas poucas reuniões de negociação já ficou clara a arrogância e o desrespeito com que a empresa trata as reivindicações da categoria. Na última rodada, realizada dia 18, o gerente da DC e membro do Comitê da Cemig, Alexandre Bueno, não conseguiu esconder sua equivocada opinião sobre a atividade dos eletricitistas e a

necessidade de todos os profissionais terem acesso a um Auxílio-educação digno. “Para ser eletricitista precisa saber de administração, só para trocar fusível e lâmpada? Eu só queria entender”, disse deixando os representantes das entidades perplexos.



Categoria se faz presente nas setoriais e confirma a defesa coletiva da pauta

Clima nas reuniões setoriais aponta para o crescimento das mobilizações

Enquanto a Cemig enrola nas negociações, o Sindieletro continua realizando reuniões setoriais para dialogar com a categoria, debatendo e infor-

mando sobre o passo a passo da Campanha de Renovação do ACT 2006/2007. Na reunião setorial com os trabalhadores do Jatobá (BH), no dia 18, o clima era de muita disposição para a luta. Vários eletricitários presentes manifestaram que, a partir de agora, a mobilização só tende a crescer. Todos criticaram a opção da Cemig por “empurrar as negociações com a barriga”.

“Com o cenário de eleição, acho que a empresa está esperando o fim do segundo turno para apresentar a sua proposta. Mas não adianta vir com uma proposta ruim e nem pressionar para a aprovação que não vamos aceitar”, disse um trabalhador. Outro eletricitário ironizou: “a Cemig deve estar com pirraça e por isso não sinaliza com a proposta para o Acordo”.

“A empresa não pode vir com argumento de que não tem dinheiro, porque tem. Tanto é que os acionistas encheram o bolso com mais de dois bilhões de reais do lucro do ano passado”, afirmou um eletricitista.

A maioria dos trabalhadores do Jatobá presentes na setorial disse que é de suma importância a empresa garantir a manutenção do emprego, com

quadro mínimo de 10 mil eletricitários, e discutir com a categoria o Subprograma Odontológico. “O plano que nos foi imposto não atende as necessidades de tratamento dentário dos trabalhadores e seus dependentes”, observou outro trabalhador.

Setorial na Sede

Na reunião setorial realizada com os trabalhadores da sede, no dia 20, o clima também era de indignação com a demora nas negociações por parte da Cemig. Um agente comercial comentou que “a empresa está atrasando as negociações sem motivo evidente, pois não enfrenta dificuldades financeiras. Não faz sentido também dizerem que é em função das eleições, porque o governador do estado já está definido, e nós não pode-

mos ficar esperando”. Outro trabalhador disse que “essa situação péssima para o trabalhador não pode continuar”.

Willian Vagner, coordenador-geral do Sindieletro, convocou os trabalhadores a fortalecerem a mobilização. “A Cemig disse que tem uma pauta própria, a qual nós não aceitamos, pois significa retirada de direitos. A data-base é nossa, dos trabalhadores. Nós não vamos discutir a pauta da Cemig, pois isso seria um retrocesso”.

Marcelo Correia, diretor do Sindicato, destacou que a categoria “vai ter que começar a conversar com o colega do lado, para mostrar para ele que a gente precisa defender a Cemig e o nosso emprego. Se é a melhor empresa, é graças ao nosso trabalho”, disse.

Irregularidades no PDI de 2003

Na semana passada a direção da Cemig foi notificada pelo Ministério Público Estadual e terá que explicar a permanência do ex-superintendente de Gestão Empresarial e atual coordenador do Comitê de Negociação da Cemig, Sérgio Augusto Diniz, na empresa. Ele aderiu ao Programa de Desligamento Incentivado (PDI) de 2005. Pelas regras do Programa ele teria até 4 de janeiro de 2005 para se desligar, mas continua prestando serviços como Assistente da DGE.

Na última reunião para a Renovação do ACT, a direção do sindicato foi surpreendida com a informação de que outros 12 optantes do

Programa estão na mesma situação. A representação junto ao MP foi feita pelo Sindieletro em agosto e, segundo, a assessora jurídica do sindicato, Dr^a Rosângela Carvalho, busca esclarecer a suposta irregularidade.

“Se há mais 12 pessoas demitidas com todas as vantagens do PDI que não saíram no prazo normal, nem excepcional, o sindicato deverá pedir que a Cemig informe estes nomes”, avalia a advogada. Caso o Ministério Público Estadual comprove que o PDI foi desvirtuado e algumas pessoas privilegiadas, a diretoria da Cemig poderá ser processada por improbidade administrativa.

Exposição faz a ponte entre lutas e conquistas

Num ambiente que mistura papelão, compensado e muita história, o artista plástico Leo Piló criou a exposição de fotos que fará parte da Campanha de Renovação do Acordo Coletivo 2006/2007. A instalação foi desenvolvida por catadores e ex-moradores de rua que participam das Oficinas de Criação e Marcenaria da Associação dos Catadores de Papel,

Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte (Asmare). O lançamento da exposição será na sede do Sindieletrô.

“Através da exposição, os trabalhadores poderão revisitar o passado, de forma lúdica e inteligente. O trabalho também deixa claro que poucos sindicatos têm um patrimônio histórico tão rico”, comenta Piló.

O trabalho conta, através

de fotos e textos, um pouco dos 54 anos de luta da categoria dos eletricitários, um período marcado por intensas lutas, aprendizados e conquistas. Os caminhos levam os visitantes a grandes painéis fotográficos e a transpor uma ponte, que simboliza a travessia, o diálogo e novas possibilidades de enfrentamento das dificuldades.

A exposição começa pelos anos 50, quando os trabalhadores da antiga Companhia Força e Luz se organizam para montar uma associação que, mais tarde, passa a se chamar Sindieletrô. No trajeto da instalação, o visitante comprova os desafios, a repressão histórica e a mobilização que conquistou direitos como o Adicional de Periculosi-



Leo Piló e equipe da Asmare montam exposição no Sindieletrô

dade de 30%, anuênio, concurso externo, PR, o fim das umplas, espaço no Conselho Curador da Forluz (hoje Conselho Deliberativo) e no Conselho de Administração da Cemig e criação do PSI.

Um outro momento retratado é o período de 1980, época em que acontece a primeira grande greve dos eletricitários e a categoria opta pelo sindicat-

lismo plural, combativo e de classe e se filia à CUT e a vitoriosa luta contra a privatização da Cemig. Ao final da exposição, o trabalhador se depara com os novos desafios e com a certeza de que, se nenhuma conquista dos eletricitários veio de graça, por mais dura que seja, a luta coletiva sempre vale a pena.

FALA

TRABALHADOR (A)

Fotos: Benedito Maia



Que invista em educação, segurança e políticas sociais. O que nenhum dos candidatos

falou até agora é como vão fazer para cumprir o que estão prometendo e com qual orçamento vão executar seus projetos, para que o país não tenha retrocesso. Espero também que as respostas que a população espera, sejam apresentadas. Espero ainda que o governo seja realmente para o povo. Porque tecnicamente esse governo está fazendo o que tem que ser feito, com todas as dificuldades que a situação apresenta. Na verdade, essa é a primeira oportunidade que um governo popular tem para trabalhar: Nenhuma mudança é imediata. Por isso, a continuidade é oportuna, para consolidar e ampliar ainda mais as mudanças necessárias para o país. Para isso, o Congresso e o Senado também têm que trabalhar: Não podemos nos esquecer que nossa participação é fundamental.

Murilo Paulo Viana,
engenheiro de projetos,
TI/MI – SA02



Espero que tudo o que é feito para a massa, para os pobres do país, continue como o

Bolsa-Família, que distribui a renda historicamente concentrada. O próximo governo terá também que ampliar as relações do Brasil com o exterior; como vem acontecendo com países da África, da Ásia e da América Latina. É importante o papel de mensageiro da paz que Lula vem exercendo no cenário internacional. O governo de FHC, por sua vez, vivia em conluio com os Estados Unidos, país que fomenta a guerra no mundo. Desejo que a Reforma Agrária, Sindical, Tributária e Política sejam realizadas, e que os direitos dos trabalhadores sejam mantidos e as conquistas avancem. Espero que os movimentos sociais não morram, mas fortaleçam sua luta e pressionem por mudanças, pois só assim a democracia funciona. A nossa gente precisa de dignidade e justiça social.

Beoquis Domenici de Paiva,
técnica administrativa,
TI/MI – SAS1

O que você espera do próximo governo federal?

Projeto de lei pretende isentar famílias carentes do pagamento da conta de luz

Com o objetivo de beneficiar famílias de baixa renda, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e os Movimentos Sociais Mineiros lançaram campanha para que o Projeto de Lei de Iniciativa Popular Dom Luciano Mendes seja encaminhado para votação no legislativo estadual. O evento, realizado no último dia 18, solicita a isenção da tarifa de 100kwh/mês para consumidores que ganham até um salário mínimo.

Os organizadores esperam conseguir 10 mil assinaturas para que o Projeto entre na pauta da Assembléia. Caso o Projeto seja implementado, a isenção beneficiará cerca de dois milhões e meio de consumidores. Além disso, a campanha busca conscientizar a população sobre a importância da luta contra os preços abusivos cobrados pela energia já que o estado tem uma das maiores tarifas do Brasil.

Wilian Vagner, coordenador-geral do Sindieletrô, parti-

cipou do lançamento e chamou a atenção sobre a importância do projeto por se tratar de um tema que envolve o lado social e a cidadania. Além disso, ele destacou a crescente escalada da tarifa praticada pela Cemig. “De 1995 a 2005, a conta de luz subiu 464%, ao passo que a inflação no período ficou na casa dos 170%, sendo o ICMS responsável por 53% deste percentual”, argumentou.

Homenagem ao Arcebispo

A redução e a isenção da tarifa vêm sendo discutidas pelo Fórum Mineiro de Articulações Sociais desde o I Encontro dos Movimentos Sociais, realizado em abril. “A democracia não consiste apenas no voto da população. A sociedade tem que se engajar neste projeto, que é um instrumento democrático”, comenta Marcelo Rezende, representante da Articulação dos Movimentos Sociais.

O projeto recebeu o nome de Dom Luciano Mendes, por causa do trabalho incansável do

religioso em prol dos excluídos. O arcebispo faleceu no dia 27 de agosto, vítima de câncer. Representando a CNBB, Carlúcia Maria, destacou que a campanha também tem a função de aprofundar o debate sobre o modelo energético brasileiro. “A origem do problema está na forma como as companhias energéticas beneficiam a construção de indústrias, em detrimento dos consumidores. Este tema é tão atual e importante que entrou nos programas de governo de todos os candidatos nesta eleição”, analisa.

Além do Sindieletrô também participaram do lançamento representantes de entidades como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Sem Terra (MST), Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais (Sitraemg), Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância de Minas Gerais (Sinjus), além do deputado estadual Padre João.

Categoria reivindica mais participação na Forluz

Foto: Benedito Maia/Arquivo

As mobilizações pela democratização e participação dos trabalhadores ativos e aposentados na gestão da Forluz ganharam impulso em 1993, quando a categoria conquistou o direito de eleição de representantes no Conselho Fiscal e, em seqüência, para o Conselho Deliberativo e DRP. Com voz na Forluz e atuação combativa do Sindieletro, os trabalhadores colheram frutos, como a conquista de aposentadoria suplementar digna e o Prosaúde Integrado.

Contudo, é preciso avançar. Nesta Campanha de Renovação do ACT 2006/2007 a categoria reivindica o aumento no reembolso do PSI para R\$ 1,5 mil, com maior contribuição das patrocinadoras e inscrição de irmãos dos trabalhadores como dependentes especiais. Outra reivindicação é por um Subprograma Odontológico administrado pela Fundação, eleição do diretor de Saúde e estabilidade de emprego para conselheiros fiscais.

Para Austen Mudado, conselheiro representante dos participantes no Conselho Deliberativo, a eleição de diretor de Saúde garantirá transparência e melhoria no atendimento e a estabilidade para os representantes dos participantes no Conselho Fiscal dará tranquilidade para a fiscalização da gestão da Forluz, reduzindo as pressões.

Em busca da credibilidade

Segundo Austen, é preciso também fazer uma “revolução” na gestão da Forluz porque, à exceção da DRP, a diretoria executiva conseguiu “jogar a imagem da Fundação por terra e não tem mais confiança e credibilidade junto aos participantes”. “Considero que a diretoria executiva perdeu o controle interno da Forluz, pois estamos vendo uma série de equívocos, como a contratação da Odontoprev para



Eleição é marco na história da Forluz

o Odontológico. Em nenhum momento vimos a diretoria de Saúde ponderando sobre a ilegalidade da sua terceirização e nem demonstrando maturidade e responsabilidade para com o participante”, criticou.

Para Austen, o presidente do Conselho Deliberativo, Sérgio Augusto, “se comporta como dono do Conselho, tentando acabar com tudo que os participan-

tes conquistaram no processo de negociação e diálogo”. Outro desafio para melhorar a gestão da Forluz, na opinião de Austen, seria a profissionalização da estrutura administrativa. “O PSI é administrado como se o participante fosse um estorvo. Na área previdenciária o tratamento foca só a questão financeira e se esquece que a razão de ser da Forluz é o participante”, conclui.

Tentativa de intimidar representação dos participantes

O mais recente exemplo de autoritarismo no Conselho Deliberativo da Forluz, aconteceu no dia 5 de setembro, na reunião de posse do novo diretor de Relações com os Participantes, Plínio Arantes. Os conselheiros indicados pela patrocinadora, Sérgio Augusto Diniz Gomes, Ricardo Luiz Diniz Gomes e Evandro Leite Vasconcelos votaram contra a indicação do diretor escolhido pelos participantes, buscando comprometer o correto e digno desempenho de Plínio enquanto conselheiro.

Os conselheiros da Cemig registraram que a atuação do diretor – eleito democraticamente pela categoria – não visava ao interesse dos participantes e, sim, “proveito partidário”. Como os três conselheiros

eleitos pelos participantes votaram a favor da posse, Sérgio Augusto utilizou o voto de desempate para consolidar o resultado da eleição, sob o argumento de estabilidade administrativa da Forluz e respeito ao resultado eleitoral.

Na avaliação de Plínio, a atitude dos conselheiros da patrocinadora não passou de uma frustrada tentativa de lhe constranger e intimidar. “Evidente que os irmãos Diniz Gomes e o senhor Evandro Leite pretendiam unicamente desqualificar a atuação do diretor eleito, já que lhes faltava espaço jurídico e político para afrontar a vontade expressa nas urnas pela maioria absoluta dos participantes”, argumenta.

Segundo Plínio, aqueles que conviveram com ele no Conselho Deliberativo e parti-

Cemig terá que pagar anuênio para novos contratados

Apesar do último ACT manter o pagamento do anuênio para os novos contratados, caso a Cemig não firmasse em 120 dias acordo de primarização com o Ministério Público do Trabalho, a empresa tenta passar a régua no direito. A tentativa de confisco do anuênio para as novas gerações de eletricitários foi explicitada pela primeira vez por diretores da empresa em reunião com acionistas no dia 10 de março e vem sendo repetida por algumas chefias.

Para os acionistas os diretores da empresa afirmaram que o anuênio não seria mais pago aos novos empregados e que a Cemig teria feito acordo com o Sindieletro e o Ministério Público sobre o fim das terceirizações e que já estaria cumprindo as metas de primarização através de novas contratações.

O coordenador-geral do Sindieletro, Wilian Vagner, res-

salta que ao contrário do que uns e outros na Cemig afirmam, o anuênio prevalece para os novatos. “O Ministério Público do Trabalho sequer aceitou discutir com a Cemig esta proposta pois a considerou muito aquém do necessário para acabar com a terceirização na empresa”, ressalta.

A assessora jurídica do Sindieletro, Dr^a. Rosângela Carvalho destaca que, pelo ACT 2005, os eletricitários que tomaram posse este ano receberão, a partir de 2006, 1% sobre o salário-base até completarem 35 anos de casa. “Se a empresa não cumprir esta determinação, deverá responder em ação coletiva na Justiça”, ressalta.

Veja o que o ACT diz sobre o anuênio

Cláusula Quadragésima – Primarização e Terceirização

c) para plena validade desta Cláusula Quadragésima, será obrigatória a aceitação dos seus termos pelo Ministério Público do Trabalho – MPT, estimando-se em 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura deste Acordo Coletivo de Trabalho, o prazo para retirada da Ação Civil Pública 61/03;

d) caso não haja aceitação pelo MPT dos termos contidos nesta Cláusula Quadragésima, eventuais contratações de pessoal efetivadas pela Cemig, a partir da assinatura deste Acordo Coletivo de Trabalho, farão jus à percepção do Adicional por Tempo de Serviço – Anuênio, desde a data de sua admissão.

lharam os vários espaços profissionais nos quais atuou, certamente não o identificarão como “hostil e absolutista”, como descreveram os conselheiros da Cemig. Sua atuação nunca se afastou da ética e do compromisso com a Forluz e participantes.

O diretor da DRP lembra que Sérgio Augusto foi denunciado no dia 10 de junho à Secretaria de Previdência Complementar pelos conselheiros dos participantes justamente pelo seu perfil “de estilo avesso ao diálogo, autoritário e antidemocrático...”.

Plínio reafirma o seu propósito de manter-se na DRP com a mesma postura independente, cordial e respeitosa, mas, se necessário, sempre será enérgico na defesa dos interesses dos participantes.

Otimismo de volta ao mundo do trabalho

Depois de anos de crise e recessão, políticas econômicas e sociais mudam tendência do país e garantem a retomada do crescimento. Trabalhadores fazem os acordos mais positivos dos últimos 10 anos

Nos anos 90 a crise econômica ganhou contornos dramáticos com a queda contínua na renda do trabalhador e o crescimento do desemprego. No entanto, nos últimos três anos o cenário que era muito preocupante e não apresentava sinais de reversão deu sinais de recuperação. *“Agora o país retoma o crescimento, não nos patamares desejados, mas em bases que já repercutem em novas tendências no mundo do trabalho”*, avalia economista da Subseção do Dieese, Fernando Duarte.

A combinação do controle da inflação com a retomada do crescimento repercutiu na queda dos índices de desemprego e no início da recuperação da renda do trabalhador, podendo se verificar acordos e convenções coletivas de trabalho mais vantajosos para a classe trabalhadora. Em se tratando das negociações coletivas de trabalho, levantamento de acordos e convenções feito pelo Dieese mostra que em 2006, 95,6% dos acordos foram feitos com ganhos ou pelo menos zerando as perdas.

Volta do emprego

Nos últimos três anos e meio, o governo federal gerou 7,5 milhões de novos empregos, sendo 5,5 milhões com carteira assinada, – número 13 vezes superior à média do governo do ex-presidente FHC. Já o salário mínimo, cresceu 75% – de R\$ 200 para R\$ 350, um aumento

real de 25,3%, o maior dos últimos 25 anos.

Esses reajustes, mais a redução da inflação, junto com os programas sociais, segundo a Fundação Getúlio Vargas, também reduziram a miséria de 28,17%, em 2003, para 22,77%, em 2005, e isto compõe uma queda acumulada de 19,18%, ou seja, cerca de 10 milhões de brasileiros deixaram a condição de extrema pobreza.

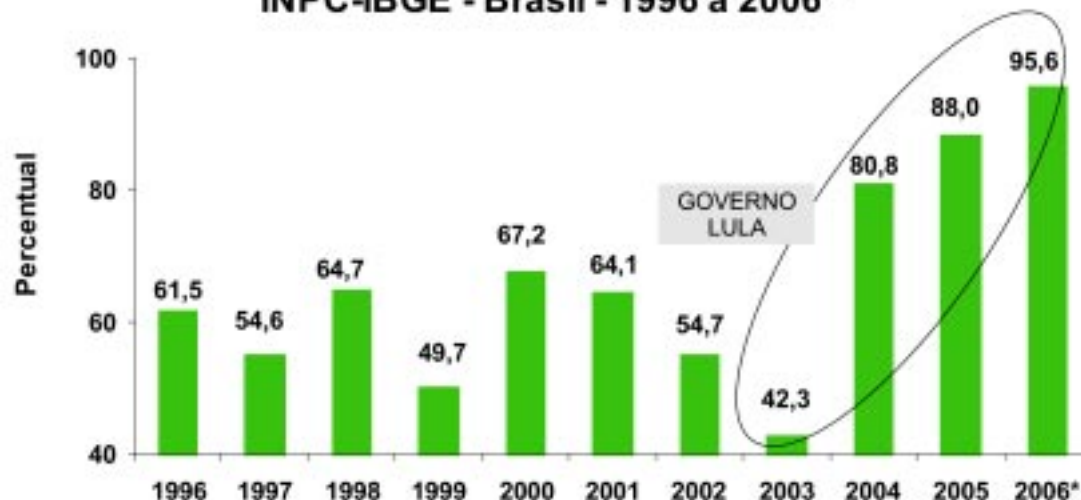
Também começam a ser superados o sucateamento do serviço público federal e ganha força a reação à precarização das relações de trabalho, via terceirização. Aumenta o engajamento do Ministério Público e das Delegacias Regionais de Trabalho na fiscalização de empresas e suas sub-contratadas que tentam driblar a legislação impondo prejuízos nas relações trabalhistas e à saúde e segurança do trabalhador.

Distribuição de renda

Com as tendências mais positivas no mundo do trabalho, até a igualdade de oportunidades entra em pauta discutindo pela primeira vez o acesso de mulheres e negros aos postos de trabalho.

Todas as transformações refletem na distribuição de renda e, se, ainda não mudaram radicalmente a vida da população do país, impulsionam a organização sindical e os movimentos sociais.

% de Reajustes Salariais Iguais ou Superiores ao INPC-IBGE - Brasil - 1996 a 2006*



Fonte: DIEESE

Nota: (*) Referente ao resultado do 1º Semestre de 2006

Aumenta arrecadação do INSS

Também está em curso no país uma política de valorização e aumento dos benefícios dos 24 milhões de aposentados e pensionistas. O INSS, que foi construído sobre o pilar do trabalho, cresce com novos postos de trabalho com carteira assinada e com os salários praticados. Nos anos 80 e 90 o sistema previdenciário público sofreu uma transformação profunda em decorrência da política econômica neoliberal.

“A Reforma da Previdência de Fernando Henrique

prejudicou os beneficiários do INSS no país, com a criação do fator previdenciário, que ainda não foi revertido. Porém, os dados sobre emprego com carteira assinada nos últimos três anos mostram que combater a informalidade e incentivar a geração de empregos têm reflexos positivos no INSS”, afirma Cláudia Ricaldoni, diretora do Sindieleto.

O aumento da formalidade tem sido um dos fatores fundamentais para que a Previdência venha batendo recordes de arrecadação. *“A proposta neoliberal*

de Reforma da Previdência visa pagar menos benefícios para menos gente ao longo do tempo. É a lógica do Estado Mínimo e da Previdência Mínima.

A proposta dos trabalhadores para a Previdência, da qual Lula é porta-voz, é diferente. O INSS deve aumentar a arrecadação, combatendo a sonegação e promovendo a formalização do trabalho. Além disso, precisamos rediscutir o fator previdenciário”, destaca Cláudia Ricaldoni.

23 DE
OUTUBRO DE
2006
100 ANOS
DO VÔO
DO 14BIS

